

Informação em Saúde como Recurso Estratégico para a Governança Pública

Régis Boechat Alt Azevedo
Patricia Maria Dusek

Centro Universitário Augusto Motta (UNISUAM)

Resumo:

Este estudo, de natureza bibliográfica, analisa a utilização dos sistemas de informação em saúde como instrumentos estratégicos na condução da gestão pública em saúde. A pesquisa evidencia que a articulação eficiente e o aproveitamento qualificado de dados confiáveis são determinantes para embasar decisões, minimizar incertezas e orientar a formulação de políticas públicas fundamentadas em evidências. Inconsistências nos processos de coleta, tratamento e interpretação dos dados podem comprometer a confiabilidade das informações e prejudicar a efetividade dos serviços, gerando desperdícios e ineficiência operacional. Os achados sugerem que os sistemas de informação ocupam posição central no planejamento e na governança em saúde, constituindo um alicerce essencial para enfrentar os desafios estruturais e organizacionais do setor.

Palavras-Chave: Informação em Saúde; Governança Pública; Sistemas de Informação; Planejamento Estratégico; Políticas Públicas em Saúde.



Recebido em: nov. 2024; Aceito em: abr. 2025

DOI: 10.56069/2676-0428.2025.636

A Interseção entre Educação e Cultura: Fundamentos Teóricos e Práticos
Junho, 2025, v. 3, n. 27

Periódico Multidisciplinar da FESA Educacional

ISSN: 2676-0428



Health Information as a Strategic Resource for Public Governance

Abstract:

This bibliographic study analyzes the use of health information systems as strategic instruments in the conduct of public health management. The research shows that the efficient articulation and qualified use of reliable data are crucial to support decisions, minimize uncertainties and guide the formulation of evidence-based public policies. Inconsistencies in the processes of collecting, processing and interpreting data can compromise the reliability of information and impair the effectiveness of services, generating waste and operational inefficiency. The findings suggest that information systems occupy a central position in health planning and governance, constituting an essential foundation to face the structural and organizational challenges of the sector.

Keywords: Health Information; Public Governance; Information Systems; Strategic Planning; Public Health Policies.

La información en salud como recurso estratégico para la gobernanza pública

Resumen:

Este estudio bibliográfico analiza el uso de los sistemas de información en salud como instrumentos estratégicos en la conducción de la gestión de la salud pública. La investigación muestra que la articulación eficiente y el uso calificado de datos confiables son cruciales para respaldar las decisiones, minimizar las incertidumbres y guiar la formulación de políticas públicas basadas en evidencia. Las incoherencias en los procesos de recopilación, procesamiento e interpretación de datos pueden comprometer la fiabilidad de la información y perjudicar la eficacia de los servicios, generando despilfarro e ineficiencia operativa. Los hallazgos sugieren que los sistemas de información ocupan una posición central en la planificación y gobernanza de la salud, constituyendo una base esencial para enfrentar los desafíos estructurales y organizacionales del sector.

Palabras clave: Información en Salud; Gobernanza Pública; Sistemas de Información; Planificación Estratégica; Políticas de Salud Pública.

Introdução

A informação, quando sistematizada e analisada de forma adequada, constitui um recurso essencial para o planejamento, a tomada de decisão e a execução de políticas públicas. No campo da saúde, esse papel ganha ainda mais destaque diante da crescente complexidade dos sistemas de atenção e das exigências por maior eficiência e transparência na gestão. Os avanços tecnológicos e a transformação digital contribuíram significativamente para a evolução dos sistemas de informação em saúde (SIS), ampliando sua capacidade de apoiar gestores, pesquisadores e profissionais no enfrentamento dos desafios cotidianos (Unisaesiano, 2022; Silva et al., 2024).

Apesar das inovações, persistem obstáculos relacionados ao uso efetivo da informação no processo de gestão. Embora o volume de dados produzidos seja expressivo, sua utilização para qualificar as ações estratégicas e fortalecer o controle social permanece limitada (Gomes; Orfão, 2021). Esse cenário aponta para a necessidade de aprimorar os mecanismos de captação, integração e análise dos dados, de forma a garantir que a informação cumpra sua função estruturante na governança em saúde.

É nesse contexto que se torna urgente consolidar uma política nacional voltada à avaliação contínua da qualidade da informação, sob a coordenação do Ministério da Saúde. Tal política deve considerar os múltiplos fatores que afetam a integridade dos dados e propor diretrizes que favoreçam sua utilização qualificada nos processos decisórios (Brasil, 2021).

Diante desse panorama, o presente artigo tem como objetivo refletir sobre a importância estratégica dos SIS, investigando de que maneira essas ferramentas têm sido aplicadas na prática da gestão pública. A proposta é contribuir para o fortalecimento do uso da informação como base para decisões mais assertivas e eficientes.

A eficácia da gestão pública em saúde está diretamente condicionada à confiabilidade e à precisão das informações utilizadas. Lacunas nos processos de coleta e análise podem distorcer diagnósticos, induzir decisões inadequadas e comprometer a alocação de recursos. Além disso, a baixa qualidade da informação repercute em perdas financeiras e ineficiência operacional. Por isso, torna-se essencial investir na melhoria contínua dos sistemas e na capacitação

dos profissionais que os operam, assegurando sua plena funcionalidade e aplicabilidade (Lima, 2018).

Diagnosticar o funcionamento, a integração e o uso dos sistemas de informação representam um passo crucial para qualificar a gestão pública. A sistematização e disseminação de boas práticas também podem inspirar outros gestores, promovendo um ciclo virtuoso de aprendizagem institucional e inovação em saúde pública.

Materiais e Métodos

A presente investigação adota uma abordagem qualitativa, de natureza exploratória, com base em revisão bibliográfica. O intuito foi compreender o papel desempenhado pelos SIS no âmbito da gestão pública, a partir de uma análise crítica do material científico e institucional disponível sobre o tema.

Foram consultadas bases de dados nacionais e internacionais, incluindo SciELO, PubMed, Google Scholar e LILACS, além de documentos oficiais emitidos pelo Ministério da Saúde e outras entidades governamentais e acadêmicas relevantes. O processo de busca priorizou produções publicadas entre os anos de 2003 e 2024, abrangendo temáticas como sistemas de informação, gestão pública em saúde, políticas públicas e organização do sistema de saúde brasileiro.

Os critérios de inclusão contemplaram artigos científicos, dissertações, legislações e relatórios técnicos com aderência à temática central da pesquisa. Foram excluídos materiais que abordassem exclusivamente aspectos clínicos ou tecnológicos dissociados da perspectiva da gestão e da governança pública em saúde.

A análise dos textos selecionados seguiu uma perspectiva interpretativa, com ênfase na identificação de padrões, desafios recorrentes e contribuições relevantes dos sistemas de informação para a qualificação da gestão no setor público. Esse recorte permitiu construir uma visão abrangente sobre as potencialidades e limitações enfrentadas pela utilização desses sistemas na prática administrativa cotidiana.

Discussão e Resultados

O conceito de “informação” é amplamente utilizado em diferentes áreas do saber, assumindo múltiplas definições conforme a abordagem adotada. Sua natureza multidimensional e interdisciplinar reflete a complexidade do termo, que pode variar mesmo entre campos de conhecimento correlatos. Essa diversidade de significados evidencia sua relevância como objeto de estudo e como ferramenta prática na formulação de políticas e estratégias organizacionais (Machado; Cattafesta, 2019).

Nas últimas décadas, com o avanço das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), a informação consolidou-se como um recurso central para o funcionamento das sociedades contemporâneas. A digitalização de processos e a ampliação do acesso a redes informacionais transformaram profundamente a forma como os dados são produzidos, armazenados e compartilhados, exigindo das instituições uma maior capacidade de adaptação e planejamento (Machado; Cattafesta, 2019).

Neste cenário de rápidas transformações tecnológicas, organizações públicas e privadas passaram a reformular suas práticas, incorporando novas ferramentas e métodos de gestão. A chamada “Era da Informação” deu lugar à “Era do Conhecimento”, em que o diferencial competitivo e institucional está diretamente associado à capacidade de produzir, analisar e utilizar dados de forma estratégica. Os sistemas de informação, nesse contexto, destacam-se como instrumentos fundamentais para a fluidez e o controle de fluxos informacionais, permitindo a troca ágil de conhecimento entre atores e instituições (Bender, 2024).

A incorporação de softwares avançados tem possibilitado a integração de grandes volumes de dados, com maior precisão e velocidade de análise. Essa evolução tecnológica contribui significativamente para a conversão de dados brutos em informações acionáveis, otimizando os processos decisórios e aumentando a eficácia das intervenções (Matinei; Stefani; Carraro, 2023). No entanto, a efetividade desses recursos depende fortemente do grau de capacitação dos profissionais e da infraestrutura disponível nas instituições.

Com a crescente centralidade da informação nas práticas organizacionais, ela deixou de ser apenas um recurso de apoio operacional para

se tornar um elemento-chave da inteligência institucional. Seu uso estratégico é capaz de proporcionar melhorias significativas no atendimento à população, no gerenciamento de recursos e na avaliação de políticas públicas (Brasil, 2020).

Para que as instituições prosperem diante da complexidade atual, torna-se essencial estruturar sistemas de informação que atendam às suas especificidades e ofereçam suporte às suas atividades essenciais. A construção de uma cultura orientada por dados, combinada à adoção de tecnologias adequadas, configura-se como um diferencial crucial para a sustentabilidade e a efetividade da gestão pública (Matinei; Stefani; Carraro, 2023).

Dessa forma, observa-se que a consolidação da informação como recurso estratégico depende da capacidade institucional de integrar tecnologias digitais, formar quadros técnicos preparados e adaptar-se às dinâmicas emergentes da governança pública. Os sistemas de informação, nesse contexto, deixam de ser meras ferramentas operacionais e passam a ser reconhecidos como pilares de uma gestão orientada por evidências, mais proativa, eficiente e transparente.

Infraestrutura de Dados e Governança em Saúde

Os SIS consolidaram-se como componentes essenciais na estrutura de gestão, ao proporcionarem a circulação segura, acessível e rápida de dados relevantes para a tomada de decisões. Mais do que instrumentos de digitalização, essas plataformas atuam como vetores de aprendizado institucional e suporte às atividades operacionais cotidianas dos profissionais (Bender, 2024).

Em termos conceituais, tais sistemas podem ser definidos como conjuntos organizados de recursos técnicos e humanos voltados à coleta, tratamento e transformação de dados em conhecimento aplicável à formulação de políticas, ao gerenciamento de serviços e à avaliação de desempenho institucional (Orfão, 2021). Sua eficácia, contudo, depende não apenas de sua arquitetura tecnológica, mas também da capacidade da instituição em interpretar e utilizar a informação de forma estratégica.

A segurança da informação emerge como uma dimensão crítica, especialmente quando se trata de dados sensíveis na área da saúde. É indispensável garantir a integridade, autenticidade e confidencialidade das

informações, respeitando os diferentes níveis de acesso e compreensão entre os usuários do sistema (Orfão, 2021).

Grande parte das soluções atualmente em uso nas instituições públicas de saúde ainda carrega traços de modelos centralizadores e diagnósticos agregados, herdados de estruturas criadas antes da consolidação de uma lógica descentralizada. Essa configuração limita a flexibilidade dos sistemas e enfraquece a capacidade de resposta às especificidades locais, destacando a necessidade de reorientação dos sistemas para fortalecer a autonomia municipal (Silva; Santos; Oliveira, 2024).

As plataformas tecnológicas adotadas na gestão em saúde buscam enfrentar gargalos operacionais e qualificar os processos decisórios com base em dados consistentes. Seja no âmbito da gestão administrativa ou da vigilância epidemiológica, é fundamental que esses sistemas estejam articulados a processos contínuos de qualificação da informação (Matinei; Stefani; Carraro, 2023).

O êxito dessas ferramentas depende diretamente da adesão institucional em todos os níveis hierárquicos. Isso inclui investimentos em capacitação profissional, estímulo à cultura de uso de dados e criação de rotinas colaborativas (Brasil, 2020). A ausência desses elementos tende a comprometer a efetividade da informação como insumo estratégico.

Apesar dos avanços registrados por iniciativas como o DATASUS e a RIPSa, ainda persistem lacunas estruturais na construção de um sistema nacional de informação integrado. A falta de interoperabilidade entre bases de dados e a indefinição de responsabilidades institucionais limitam a capacidade de resposta da gestão pública, prejudicando o uso eficiente da informação em políticas de saúde (Machado; Cattafesta, 2019).

O cenário analisado demonstra que, para além da tecnologia, é imprescindível desenvolver soluções informacionais alinhadas às realidades locais, com suporte técnico e institucional contínuo. A superação de obstáculos estruturais e culturais é condição indispensável para que a informação cumpra seu papel estratégico na governança da saúde.

Informação como Pilar da Eficiência na Gestão em Saúde

O reconhecimento da saúde como um direito de todos e dever do Estado, conforme estabelecido na Constituição Federal de 1988, reforça a importância de instrumentos que contribuam para a gestão eficiente dos serviços públicos. Nesse contexto, a informação qualificada assume um papel central na garantia desse direito, ao orientar decisões estratégicas e fortalecer o planejamento dos serviços (Brasil, 1988; Brasil, 2020).

A implementação de um modelo assistencial baseado na regionalização e na organização hierárquica dos serviços demanda SIS capazes de gerar dados precisos, atualizados e contextualizados. Esses dados são indispensáveis para subsidiar funções como planejamento, monitoramento, avaliação e execução das ações previstas na Lei Orgânica da Saúde (Lei nº 8.080/1990) (Keinert; Cortizo, 2018).

Nas últimas décadas, o uso de bases de dados produzidas rotineiramente pelos serviços de saúde cresceu de forma expressiva. Esses bancos de dados passaram a exercer papel relevante na formulação de políticas públicas e no planejamento setorial, contribuindo para a racionalização da gestão e o alinhamento entre oferta e demanda (Orfão, 2021).

Atualmente, diversas plataformas são utilizadas na administração de unidades e redes de saúde, na produção de indicadores estatísticos e em atividades de controle sanitário e epidemiológico. A qualidade desses dados, contudo, depende de sua integração e interpretação estratégica por parte dos gestores (Orfão, 2021).

A ampliação do uso das tecnologias da informação e a modernização dos sistemas, com o apoio do Ministério da Saúde, têm proporcionado ganhos significativos de eficiência, tanto na coleta quanto no processamento e na disseminação dos dados (Orfão, 2021). Essa transformação, no entanto, exige mais do que infraestrutura tecnológica: requer investimento na construção de capacidades institucionais, na organização de fluxos de trabalho e na cultura de uso da informação.

Na prática, os sistemas de informação têm se mostrado fundamentais para o acompanhamento e a avaliação das atividades em saúde, bem como para a definição de prioridades e alocação de recursos. A informatização dos

processos favorece a integração entre setores, otimiza a comunicação institucional e oferece maior segurança e agilidade nas decisões (Bender, 2024).

Para que essas ferramentas cumpram seu papel, é essencial que estejam adaptadas às realidades locais e contem com o suporte necessário para sua utilização plena. Gestores precisam ser apoiados não apenas na operação técnica dos sistemas, mas também na capacidade de identificar as informações relevantes e aplicá-las de forma crítica no processo decisório (Silva; Santos; Oliveira, 2024).

A relação entre os diferentes níveis federativos ainda enfrenta barreiras de natureza burocrática. A condução dos processos informacionais de forma verticalizada, com ênfase nas exigências dos níveis superiores, muitas vezes limita a autonomia dos gestores locais e reduz a informação a um fim meramente administrativo, desconectado das reais necessidades do território (Silva; Santos; Oliveira, 2024).

A eficácia dos sistemas de informação depende, portanto, da capacidade de cada organização em estabelecer prioridades claras, filtrar dados relevantes e transformar informação em conhecimento aplicável. Dada a complexidade e o volume das informações geradas, essa competência tornou-se indispensável para todos os níveis de gestão (Orfão, 2021).

A ausência de retorno sobre os dados alimentados, aliada à dificuldade de interpretação dos relatórios gerados, pode desmotivar os profissionais que atuam na base do sistema. A desconexão entre os dados disponíveis e as necessidades reais dos serviços de saúde compromete o uso estratégico da informação e reforça a importância de alinhamento entre quem produz, quem analisa e quem toma decisões (Silva; Santos; Oliveira, 2024).

Apesar da ampla produção de dados nos serviços vinculados ao sistema público de saúde, a fragmentação das bases e a ausência de integração entre sistemas ainda limitam seu potencial de uso. Essa lacuna compromete a efetividade das ações e impõe a necessidade de repensar a governança da informação (Machado; Cattafesta, 2019).

Para que os sistemas de informação possam efetivamente apoiar a gestão, é indispensável que os profissionais estejam capacitados para interpretar e utilizar os dados com responsabilidade e foco estratégico (Keinert;

Cortizo, 2018). A disseminação digital da informação, especialmente por meio da internet, também amplia o alcance do conhecimento e possibilita novas formas de colaboração, superando barreiras geográficas e temporais (Bender, 2024).

A reorganização dos serviços e os novos modelos de atenção exigem não apenas ferramentas tecnológicas, mas também equipes preparadas para as operar. A informatização de processos como agendamento, registros clínicos e prescrições pode melhorar significativamente a qualidade dos serviços prestados (Matinei; Stefani; Carraro, 2023).

Contudo, a resistência de parte dos profissionais à adoção dessas tecnologias ainda representa um desafio importante. Barreiras como a falta de capacitação, a ausência de clareza sobre os objetivos dos sistemas e o desestímulo institucional precisam ser superadas para que se concretize o uso pleno e eficiente dessas ferramentas (Bender, 2024).

O uso de métodos manuais e desatualizados para o registro de informações continua presente em muitas instituições, limitando a integração e a eficiência dos dados disponíveis (Matinei; Stefani; Carraro, 2023). Além disso, a inexistência de retorno institucional aos dados fornecidos enfraquece o vínculo entre os profissionais e os sistemas, impedindo que se estabeleça uma cultura de uso estratégico da informação (Mota, 2003).

A análise demonstra que, apesar dos avanços conquistados, ainda há um caminho relevante a ser percorrido no sentido de consolidar a informação como um pilar da eficiência e da qualificação da gestão em saúde.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A crescente valorização da informação como insumo estratégico para a gestão pública tem reposicionado os SIS como elementos indispensáveis à governança contemporânea. Este estudo evidenciou que, quando integrados de maneira articulada aos processos administrativos, tais sistemas contribuem de forma decisiva para o fortalecimento institucional, promovendo decisões mais qualificadas, orientadas por evidências concretas.

Apesar dos investimentos em digitalização e da expansão das plataformas tecnológicas, desafios estruturais ainda comprometem o pleno

aproveitamento dessas ferramentas. A fragmentação de bases de dados, a limitada interoperabilidade entre sistemas e a baixa adesão dos profissionais às práticas informacionais revelam uma lacuna entre o potencial disponível e sua aplicação no cotidiano da gestão.

Os dados demonstram que os sistemas de informação não devem ser concebidos como recursos meramente técnicos, mas como alicerces de uma cultura institucional orientada pela racionalidade analítica, pela transparência e pela eficiência. Para alcançar esse patamar, é imprescindível o fortalecimento de políticas públicas voltadas à capacitação contínua das equipes, à integração de tecnologias e à governança da informação.

É, portanto, urgente promover uma reorientação cultural no setor público de saúde, pautada na valorização da informação como eixo estruturante das práticas decisórias. Essa transformação requer um esforço coletivo entre instâncias federativas, gestores locais e profissionais da saúde, capaz de transformar a abundância de dados em conhecimento útil e aplicável.

Consolidar os sistemas de informação como instrumentos efetivos de gestão democrática e responsiva representa não apenas um desafio técnico, mas um compromisso ético com a melhoria da qualidade dos serviços de saúde e com a equidade no acesso às políticas públicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENDER, J. D. **O uso de Tecnologias de Informação e Comunicação em Saúde na Atenção Primária à Saúde no Brasil**. Ciência & Saúde Coletiva, 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. **Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 set. 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm. Acesso em: 30 mar. 2025.

BRASIL. **Ministério da Saúde. Estratégia de Saúde Digital para o Brasil 2020–2028**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2020. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/estrategia_saude_digital_Brasil.pdf. Acesso em: 30 mar. 2025.

BRASIL. **Ministério da Saúde. Portaria nº 1.768, de 2 de agosto de 2021**. Aprova a Política Nacional de Informação e Informática em Saúde (PNIIS). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 3 ago. 2021. Disponível em:

https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2021/prt1768_02_08_2021.html. Acesso em: 30 mar. 2025.

KEINERT, T. M. M; Cortizo, C. T. Dimensões da privacidade das informações em saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 34, n. 1, e00196216, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csp/2018.v34n1/e00196216>. Acesso em: 30 mar. 2025.

LIMA, P. A. **A importância dos sistemas de informação na gestão do Sistema Único de Saúde**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Gestão em Saúde) – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção. Disponível em: <https://repositorio.unilab.edu.br/handle/123456789/2431>. Acesso em: 30 mar. 2025.

MACHADO, D. R. F; Cattafesta, M. Benefícios, dificuldades e desafios dos sistemas de informações para a gestão no Sistema Único de Saúde (SUS): uma revisão integrativa. **Revista Brasileira de Políticas Públicas e Saúde**, v. 9, n. 2, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/rbps/article/view/26476>. Acesso em: 30 mar. 2025.

MATINEI, S; Stefani, S. R; Carraro, E. Tecnologias da Informação e Comunicação e seu uso na saúde pública: contribuições aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS 3. **Revista Gestão em Análise**, Fortaleza, v. 12, n. 1, 2023.

MOTA, A. Informação e gestão em saúde: do dado à decisão. **Revista Saúde em Foco**, v. 2, n. 1, p. 17–24, 2003.

ORFÃO, N. H. Desafios para a efetiva participação popular e controle social na gestão do SUS: **revisão integrativa**. **Saúde em Debate**, v. 45, n. 131, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/sdeb/2021.v45n131/1199-1213/>. Acesso em: 30 mar. 2025.

SILVA, L. A; Santos, M. F; Oliveira, R. T. **O uso de tecnologias de informação e comunicação em saúde na Atenção primária: avanços e desafios**. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 29, n. 1, e19882022, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csc/2024.v29n1/e19882022/>. Acesso em: 30 mar. 2025.

UNISALESIANO. **O plano estratégico de sistema de informação**. Araçatuba: UNISALESIANO, 2022. Disponível em: <https://unisalesiano.com.br/aracatuba/wp-content/uploads/2022/08/Artigo-O-Plano-Estrategico-de-Sistema-de-Informacao-Pronto.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2025.